

-----Acta n.º 33-----

-----Aos 11 dias do mês de Dezembro de 2002, pelas 09h, nesta Cidade e Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Torres Vedras, nos termos do Edital n.º 191, de 05/12/2002, sob a presidência do Sr. Dr. Jacinto António Franco Leandro, estando presentes os Vereadores Srs.:-----

-----Eng.º João António Pistacchini Calhau.-----

-----Dr. Carlos Manuel Soares Miguel.-----

-----Dr. Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes.-----

-----Dr. Jorge Ralha Vieira Leitão.-----

-----Dra. Rita João de Maya Gomes Sammer.-----

-----José António do Vale Paulos.-----

-----Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

-----Entrou no decurso da reunião a Sra. Vereadora Dra. Rosa Maria Mendes Matos Alves Duarte.---

-----A reunião foi secretariada pela Chefe de Secção em Regime de Substituição, Ana Amélia Rodrigues Valente, nos termos do Despacho n.º 534, de 10/10/2002.-----

-----Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**- GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA O ANO DE 2003:**-----

**- ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA O ANO DE 2003:**-----

-----O Sr. Presidente começou por sugerir que a discussão das Grandes Opções do Plano se fizesse conjuntamente com o Orçamento, muito embora a votação fosse separada, o que mereceu a concordância de todos os membros do Executivo presentes.-----

-----Fazendo a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente deu nota de que algumas mudanças decorrentes da entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais não permitem fazer comparações com documentos anteriores. No entanto, parece-lhe que o documento apresentado desta forma é mais perceptível ao cidadão comum.-----

-----Informou ainda, que continuam a existir rubricas residuais.-----

-----Relativamente ao Orçamento, referiu que o ano de 2003 é um ano em que se irá verificar um decréscimo bastante grande na receita, dado ser o 1º período do III Quadro Comunitário de Apoio e não existirem verbas do FEDER.-----

-----Lembrou que em 2003 não haverão empréstimos e os que existem irão desaparecer, pelo que a Câmara poderá, eventualmente, ter que recorrer à revisão do Orçamento.-----

-----Deu nota de que, no futuro, com a entrada em vigor do novo Regulamento da Edificação e da Urbanização, e não havendo compensações em espécie pela não cedência de área para equipamento,

a receita poderá subir. No entanto, verifica-se uma queda nas receitas de capital.-----

----Disse ainda que houve uma tentativa de descer as despesas correntes, ao nível das horas extraordinárias do pessoal e dos consumos de secretaria.-----

----Quanto às transferências para as Juntas de Freguesia, esclareceu que não há decréscimo mas sim alguma igualdade em função das suas características.-----

----Esclareceu que as transferências que vêm da Administração Central para as Juntas de Freguesia servem apenas para assegurar o funcionamento daquelas Autarquias, enquanto que as transferências da Câmara servem para assegurar alguma actividade ao nível das Freguesias.-----

----As verbas deixam de estar no quadro anexo ao Orçamento, como habitualmente, e passam a ser transferidas no 1º trimestre.-----

----Assim, entende que nas transferências de capital para as Juntas de Freguesia, em bom rigor, não devia estar previsto qualquer valor, uma vez que, em função do objectivo a atingir, será retirado da respectiva verba o valor necessário. Exemplificou, citando o caso das obras nas escolas, que têm uma rubrica própria, da qual será retirado o valor necessário e transferido para a respectiva Junta, mediante a celebração de Protocolo de Delegação de Competências, tendo em vista determinado objectivo.-----

----Informou que estará sempre garantida a transferência para as Juntas dos valores iguais ao ano anterior. Depois, em função dos projectos apresentados pelas Juntas de Freguesia, e mediante a celebração de Protocolo, será possível a transferência de outras verbas.-----

----Prosseguiu, esclarecendo que, por efeitos da aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, há um decréscimo das verbas destinadas a estradas e a redes viárias mas, por outro lado, há um acréscimo relativamente a escolas, embelezamento dos espaços escolares e aquisição de mobiliário.-----

----Verifica-se que há verbas residuais para os 4 Jardins de Infância, que estão em fase de conclusão, enquanto que está prevista uma verba, em termos de projecto, porque está a pensar na possibilidade de uma escola básica integrada em freguesias com escolas com poucos alunos e situadas em espaços rurais mais dispersos. Será assim possível fazer um melhor enquadramento de todas as mais valias humanas e financeiras.-----

----Declarou que este não é o orçamento que queria, nem o pretende usar para criticar o Governo, mas, sem apoios comunitários e sem empréstimos, dificilmente se conseguirão fazer obras de grande vulto.-----

----O Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau confirmou que, de facto, os documentos em análise têm um formato completamente novo.-----

----Quanto aos empréstimos, e para que todos percebam a razão pela qual o Governo cancelou o recurso ao crédito por parte das Autarquias, esclareceu que no ano de 2001 o ritmo do

endividamento ao estrangeiro era de 210.000.000 de contos por mês, o que era incomportável.-----

----De seguida informou que, há uns meses atrás, veio a público falar acerca do problema das crianças desprotegidas. O Concelho de Torres Vedras tem mais de 100 crianças desprotegidas.-----

----Há uma Associação no Concelho de Torres Vedras, concretamente a “Não à Indiferença” que tem um projecto destinado a esta valência, devidamente aprovado pela Segurança Social, cuja obra pretende iniciar no decurso do ano de 2003.-----

----**Nesta altura passou a participar dos trabalhos da reunião a Sra. Vereadora Dra. Rosa Matos Alves.**-----

----Prosseguiu a sua intervenção o Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau, referindo que, no concelho, não há nenhuma instituição que proteja as crianças desfavorecidas. Esta instituição tem vontade, mas tem algumas dificuldades financeiras, pelo que propôs à Câmara a aprovação de um investimento de cerca de € 100.000.-----

----O Sr. Presidente considerou que, de facto, trata-se de uma obra importante, mas o orçamento, tal como está, permite o apoio. No caso de a obra avançar, será apresentada proposta ao Executivo, no sentido de ser concedido o apoio entendido necessário, pois o orçamento pode ser alterado a qualquer momento.-----

----Declarou que toda a Câmara está sensível para esta situação e que, na altura própria, será analisado o apoio a conceder. No entanto, parece-lhe que a vertente que foi escolhida pela Segurança Social é mais para resolver uma questão nacional do que local.-----

----O Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau esclareceu que a Segurança Social não pretende que as crianças lá fiquem para sempre, mas sim dar-lhes um projecto de vida ao fim de um tempo.-----

----O Sr. Presidente, mais uma vez, declarou que está sensível e há hipótese de apoiar, com base no projecto aprovado e perante o investimento envolvido, pois há rubrica orçamental que permite esse apoio.-----

----Lembrou que há outras Associações que também irão necessitar de apoio e que não fica hoje decidido, como seja o caso da Associação de Reformados, o Sporting Clube de Torres, ou o Centro Social e Paroquial, mas tudo no caso de as obras avançarem em 2003.-----

----Também o Sr. Vereador Vale Paulos deu nota da sua sensibilidade para com este projecto. Lembrou que já em 1997 se falava no início desta obra. No entanto, hoje a situação está, de facto, definida, mas o projecto ainda terá que ser aprovado pela Câmara.-----

----Também o Sr. Vereador Caetano Dinis manifestou concordância com a concessão do apoio proposto, considerando-o de toda a justiça, esperando que o apoio seja aprovado perante factos concretos.-----

----Voltou a intervir o Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau para declarar que a Câmara deve assumir um compromisso formal de apoio ao projecto em causa, tendo o Sr. Presidente referido que

o compromisso já existe, só que o apoio não fica hoje definido, sendo essa decisão tomada na altura própria.-----

----O Sr. Vereador Caetano Dinis, referindo-se concretamente ao Orçamento em discussão, considerou que se trata de um orçamento de regressão. Poderá ser um orçamento mais realista e mais consentâneo ou poderá ser, deliberadamente, um recuo, porque há áreas onde há desinvestimentos nítidos que não percebe.-----

----Lembrou que o Sr. Presidente fez notar alguma contenção de despesas, no entanto, as com pessoal sobem. Há também um nítido desinvestimento nas despesas de capital, o que já vem do ano anterior.-----

----Por outro lado, toda a projecção de obras, para além de 2003 é para terminar em 2005, apenas o Mercado está previsto para 2006.-----

----Questionou se as taxas previstas na receita foram calculadas tendo por base o novo Regulamento.-----

----Sugeriu que o Mercado tenha tratamento igual ao do Pavilhão Multiusos, no que se refere à repartição das verbas.-----

----O Sr. Presidente lembrou que a obra do Mercado terá que ser executada em 2 fases, pois é necessário fazer a mudança do actual Mercado para a obra nova. Por outro lado, só foi considerado o valor previsto para o projecto, o que irá permitir a abertura do concurso.-----

----O Sr. Vereador Caetano Dinis considerou que já se perdeu o ano de 2002 e irá perder-se o de 2003 com burocracias. Enquanto que alguns projectos prioritários avançaram, o do mercado ficou para trás.-----

----O Sr. Vereador Dr. Luís Carlos Lopes disse ter comparado o presente orçamento com o de 2002. Assim, verificou que a receita, em termos do que vem da Administração Central, aumenta 3,1%, o que é, na sua opinião, um crescimento importante. Deu nota de que as receitas do Imposto Municipal de Veículos, SISA e Derrama também sobem, contudo considerou ousado o crescimento previsto da derrama, tendo em conta que está directamente relacionado com a actividade económica.-----

----Verificou também que, após muita polémica na comunicação social, há um aumento significativo nos apoios pré-escolares e algum investimento nos transportes escolares.-----

----Disse ainda ter estranhado a descida da receita prevista para os parquímetros, pois cada vez há mais, e manifestou algumas dúvidas relativamente ao Teatro-Cine.-----

----O Sr. Presidente esclareceu que a verba inscrita para os transportes escolares corresponde à dívida da comparticipação da Administração Central, uma vez que este ano o atraso é maior.-----

----Quanto ao aumento do investimento na Educação Pré-Escolar, este corresponde à entrada em funcionamento de mais 4 Jardins de Infância.-----

----Por sua vez, o Sr. Vereador Caetano Dinis questionou a razão de terem descido algumas rubricas

de órgãos da autarquia, nomeadamente no que se refere a pessoal além dos quadros e pessoal em regime de tarefa ou avença.-----

----Sobre o assunto, o Sr. Presidente esclareceu que há novas regras sobre esta matéria e, nessa sequência, o pessoal contratado a termo certo está dividido por todos os sectores, bem como o pessoal em regime de tarefa ou avença.-----

----Ainda o Sr. Vereador Caetano Dinis solicitou informação quanto à contribuição para a Associação de Municípios do Oeste, tendo o Sr. Presidente informado que aquela Associação pretende concluir as obras no edifício onde funciona a sede, concretamente o Convento de São Miguel nas Gaeiras.-----

----Mais informou que a comparticipação na unidade de gestão não aparece na quotização, uma vez que o valor resulta do que vem da Administração Central.-----

----De seguida, o Sr. Vereador Dr. Luís Carlos Lopes referiu que, pela primeira vez, a Agência para o Desenvolvimento Regional do Oeste irá ter transferências da Associação de Municípios do Oeste.-

----O Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau disse ter verificado que está previsto um valor significativo na venda de bens de investimento, o que quer dizer que a Câmara está a vender património. A Câmara vendeu os terrenos à TvPar, mas os membros do Executivo não sabem o que se passa com este processo.-----

----Sobre estas questões, o Sr. Presidente esclareceu que a Câmara tem muitos lotes para vender e terá que realizar dinheiro.-----

----Relativamente à TvPar, deu nota de que está a aguardar o projecto final do loteamento, pois têm havido algumas peripécias e algumas indefinições, inclusivamente por parte do IPE, para além de se tratar de um processo onde não há liderança.-----

----Voltou a intervir o Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau, para questionar se a empresa já tem administradores nomeados e se a outra parte já realizou o capital social, tendo o Sr. Presidente informado que tudo está resolvido mas que gostaria que fosse o Conselho de Administração a prestar essa informação.-----

----De seguida, o Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau colocou ainda algumas questões relativamente aos custos com a iluminação pública, que desce 20% e ao consumo de água que também baixa, tendo sido devidamente esclarecido.-----

----Por sua vez, o Sr. Vereador Caetano Dinis disse ter verificado que a obra do Largo de Santo António já aparece nos Planos pelo menos há 10 anos e agora aparece novamente com uma verba de € 100.000.-----

----O Sr. Vereador Dr. Luís Carlos Lopes reportou-se às transferências para as Juntas de Freguesia, referindo que, se por um lado percebe que a celebração de protocolos poderá ser casuística, por outro lado poderá acontecer que os projectos de uma Junta são considerados e os de outras não, o que

poderá traduzir-se nalguma subjectividade.-----

----O Sr. Presidente esclareceu que há áreas como as escolas, ou os parques e jardins em que é possível protocolar, sendo que as Juntas têm mais facilidade em resolver estas questões do que a Câmara.-----

----Ainda no uso da palavra, o Sr. Vereador Dr. Luís Carlos Lopes fez notar que as transferências de capital para as Juntas de Freguesia descem cerca de 50%, o que não lhe parece razoável, uma vez que há alguns problemas ao nível da construção de novas escolas, que tem de ser resolvido, como seja o caso da Escola da Freiria.-----

----O Sr. Presidente esclareceu que nada está previsto para a Freiria, estando apenas previstos os projectos para Dois Portos, ou para outras localidades, onde, depois de uma pequena alteração da rede escolar, poderá surgir uma escola básica integrada, que substituirá algumas escolas que irão encerrar.-----

----O Sr. Vereador Dr. Jorge Ralha informou que a Carta Educativa está em fase de conclusão, o que irá permitir à Câmara algumas tomadas de decisão. No entanto, não tem qualquer dúvida que Dois Portos necessita de uma Escola Básica Integrada.-----

----A Sra. Vereadora Dra. Rita Sammer questionou se está previsto algum apoio para a Escola de Serviços e Comércio do Oeste, a exemplo do que vem acontecendo em anos anteriores.-----

----Referiu ainda que não aparece qualquer verba destinada à Comissão Municipal para Prevenção das Toxicodependências.-----

----O Sr. Presidente informou que a questão da Escola de Serviços e Comércio do Oeste está em análise, pois todos os apoios financeiros deverão reflectir-se no aumento do capital social, devendo ser apresentada uma proposta à Câmara. Todavia, poderá sempre ser concedido um apoio financeiro.-----

----Quanto à Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências, essa questão poderá ser acautelada numa Primeira Alteração Orçamental que se mostre necessária.-----

----O Sr. Vereador Caetano Dinis manifestou a sua opinião de que os gastos com o Troféu Joaquim Agostinho deveriam ser imputados ao Sector de Turismo e não ao de Desporto, dado que entende que as verbas do Sector de Desporto deveriam servir para incentivar a prática desportiva e o Troféu Joaquim Agostinho é, ao nível da autarquia, apenas promoção do Concelho. O mesmo se passa relativamente ao Cross Internacional de Matos Velhos.-----

----O Sr. Vereador Dr. Jorge Ralha declarou não ter qualquer objecção mas, em termos de enquadramento técnico, faz sentido que se encontre no Sector de Desporto.-----

----O Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau, pretendendo fazer alguns comentários finais, começou por referir que o facto de os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento irem aderir às Águas do Oeste fez com que os investimentos baixassem o que se traduz num verdadeiro alívio da Câmara

em relação aos mesmos.-----

----Relativamente aos números apresentados referiu que, em tempo útil, pediu os dados reais do ano de 2002, os quais não lhe foram fornecidos. Assim, só lhe foi possível fazer a comparação com o ano de 2001.-----

----Disse ter verificado que as despesas correntes continuam a aumentar mais rapidamente que as receitas correntes, o que, na sua opinião, não é aceitável.-----

----Verificou também que algumas receitas de capital estão inflacionadas, enquanto que as despesas de capital correspondem às transferências para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, etc..-----

----Considerou que, na realidade, os investimentos não se irão realizar e se se fizer 50% das obras previstas não é nada encorajador. Entende que o ano de 2003 é mais um ano em que a capacidade de investimento não será óptima, e que é fundamental o Departamento de Obras Municipais ter um Chefe de Divisão, pois verifica-se nitidamente uma falta de eficiência nas obras da Câmara, em que têm havido concursos desertos, anulados e projectos incompletos.-----

----Referindo-se ao Fundo de Coesão fez notar que o mesmo surgiu para atenuar as assimetrias. Desta forma, entende que essas verbas deveriam ser aplicadas com o mesmo objectivo, mas desconhece qual é o critério adoptado pela Câmara para a sua distribuição. Entende que as Freguesias mais desfavorecidas deviam ser mais apoiadas, pois a Câmara recebe essas verbas com esse objectivo.-----

----Chamou a atenção para o facto de a Câmara estar a entregar verbas às Juntas de Freguesia quase na sua totalidade, pela via da delegação de competências da Câmara nas Juntas, o que até parece que se está a fazer um favor àquelas autarquias. Na verdade, a Câmara está a tratar as Juntas como empreiteiros, aliviando as suas próprias competências. O que gostaria era de ver a delegação de responsabilidades, dando dinheiro às Juntas para executarem obras, sendo uma boa forma de utilizar o dinheiro do Fundo de Coesão nas Freguesias mais carenciadas. Nada disto impede que a Câmara incentive as Juntas de Freguesia a fazer uma série de trabalhos que podem melhorar a qualidade das nossas aldeias.-----

----Manifestou a sua admiração pelo facto de todos quererem a descentralização, mas quando se trata de descentralizar para os outros, são só reticências.-----

----O Sr. Vereador Vale Paulos disse concordar com o Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau, quando disse que se deveria transferir mais dinheiro para as Juntas mas, no caso concreto dos jardins, seria bom que o valor triplicasse. No entanto, é provável que o Sr. Vereador não saiba exactamente o que tem sido feito a esse nível nas Freguesias.-----

----O Sr. Presidente considerou que a questão das Juntas de Freguesia é demasiado sensível. A Câmara pediu aos Presidentes de Junta que apresentassem projectos, mediante os quais têm sido

transferidas as verbas necessárias à sua execução.-----

----Esclareceu que as despesas de capital aumentaram porque há mais 4 Jardins de Infância a funcionar, conseqüentemente há mais pessoal, mobiliário, etc..-----

----Por outro lado, a tendência das autarquias é assumir mais competências na área do social e da educação, o que se traduz no aumento das despesas.-----

----O Sr. Vereador Dr. Luís Carlos Lopes referiu que as verbas do Quadro Comunitário de Apoio para os anos de 2003/2004 serão cada vez mais escassas.-----

----Independentemente dos protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia, o investimento da Câmara é zero, com excepção dos 4 Jardins de Infância.-----

----Declarou que verificou que o aumento da verba no Sector de Educação não representa mais do que o equivalente a 2 espelhos de água, por isso considera que o investimento na educação é o mínimo possível.-----

----Sendo previsível que a Carta Educativa esteja concluída em Junho, seria razoável prever um maior investimento nesta área.-----

----Relativamente à questão das Juntas de Freguesia, usou da palavra o Sr. Vereador Caetano Dinis para declarar que concorda com o que foi dito pelo Sr. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau, pois as Juntas de Freguesia têm uma autonomia de execução de obra quase nula, tudo tem que ser feito na Câmara, inclusivamente os projectos. Considerou que hoje um Presidente de Junta não tem uma tarefa minimamente aliciante, porque tem pouco dinheiro. Só assim se entende que um Presidente de Junta transforme uma funcionária em Executivo.-----

----Prosseguiu referindo que, desde o dia 25/04/1974, as aldeias são “uma vergonha”, dependendo sempre o seu desenvolvimento da dinâmica de cada Freguesia. Há Juntas que recebem tanto como as outras e não se vêem obras de aparente melhoria. No entanto, este não é um problema da Câmara Municipal de Torres Vedras, mas sim de todo o país, uma vez que ainda ninguém legislou, no sentido de dar mais competências às Juntas de Freguesia.-----

----Declarou concordar com muito do que foi dito e alguma coisa tem que mudar em termos legislativos. Os protocolos, resultam da dinâmica de cada Junta, sendo que algumas até gostariam de celebrar mais protocolos. Disse ainda que também está de acordo, e é público, que há Freguesias do nosso Concelho desfavorecidas em relação a outras, tendo inclusivamente o Sr. Presidente já feito essa afirmação. Entende que terá que ser feita uma reflexão profunda, relativamente às diferenças das Freguesias do interior.-----

----Quanto ao Mercado, disse que gostaria que ficasse definido se a obra vai ser faseada e se a última das fases irá ocorrer em 2005.-----

----O Sr. Vice Presidente, Dr. Carlos Miguel, declarou não concordar com o Sr. Vereador Caetano Dinis, quando disse que as nossas aldeias são uma vergonha, o que não ajuda nada esta dicotomia

cidade / aldeia, embora compreenda o objectivo.-----

----Declarou ainda não concordar que se aumentem as transferências para as Juntas de Freguesia, por uma questão de princípio, aceitando a celebração de um maior número de protocolos, pois é através disso que se consegue estabelecer um espírito de colaboração.-----

----Considera que incentivar o protocolo tem o benefício de que as obras serão executadas à medida da dinâmica de cada um. O Governo quer descentralizar caso a caso, também a Câmara o deve fazer.-----

----Concluiu, declarando concordar com o caminho seguido pela Câmara e que deverá ser reforçado no futuro.-----

----Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente submeteu os documentos à votação, tendo-se registado o seguinte resultado:-----

----**Grandes Opções do Plano para o Ano de 2003** – 4 votos a favor, do Sr. Presidente, do Sr. Vice Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Jorge Ralha e Vale Paulos, todos eleitos pelo Partido Socialista; 4 votos contra dos Srs. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau, Dr. Luís Carlos Lopes, Dra. Rita Sammer e Dra. Rosa Matos Alves; e uma abstenção do Sr. Vereador Caetano Dinis.-----

----Perante este resultado, o Sr. Presidente informou que iria fazer uso do voto de qualidade previsto no n.º 2 do art.º 89º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua actual redacção.-----

----**Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras para o Ano de 2003** - 4 votos a favor, do Sr. Presidente, do Sr. Vice Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Jorge Ralha e Vale Paulos, todos eleitos pelo Partido Socialista; 4 votos contra dos Srs. Vereador Eng.º Pistacchini Calhau, Dr. Luís Carlos Lopes, Dra. Rita Sammer e Dra. Rosa Matos Alves; e uma abstenção do Sr. Vereador Caetano Dinis.-----

----Perante este resultado, o Sr. Presidente informou que iria fazer uso do voto de qualidade previsto no n.º 2 do art.º 89º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua actual redacção.-----

----A Câmara deliberou aprovar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras para o Ano de 2003.-----

----Anota-se que o Orçamento apresenta, quer em receita, quer em despesa o valor de € 38.769.300.-----

----Mais foi deliberado submeter os documentos em apreço à Assembleia Municipal, a fim de se tornarem definitivos e executórios, após o que irão ficar arquivados em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

**SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – DOCUMENTOS PREVISIONAIS - GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO RECEITA / DESPESA PARA O ANO DE 2003:**-----

----Ofício n.º OF/2509/02/RF, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, de

03/12/2002, através do qual remete os documentos em título, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua actual redacção, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião extraordinária de 03/12/2002.-----

-----Não havendo intervenções sobre estes documentos, o Sr. Presidente submeteu-os à votação.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras para o ano de 2003.-----

-----Mais foi deliberado aprovar, por unanimidade, o Orçamento da Receita / Despesa para o ano de 2003.-----

-----Por último foi deliberado submeter ambos os documentos à aprovação por parte da Assembleia Municipal, a fim de se tornarem definitivos e executórios.-----

-----Anota-se que os documentos em causa, depois de rubricados por todos os membros presentes, ficarão arquivados em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

**SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – QUADRO DE PESSOAL:**-----

-----Presente ofício n.º OF/2496/02/SRH, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, datado de 02/12/2002, através do qual remete o documento em título, para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18/09, na sua actual redacção, e da alínea o) do n.º 2 do art.º 53º do mesmo diploma legal, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração, em sua reunião de 26/11/2002.-----

-----A Câmara, conhecedora de todas as leis que regem esta matéria, deliberou aprovar o Quadro de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Mais foi deliberado submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal, a fim de se tornar definitivo e executório, após o que será arquivado em pasta anexa ao respectivo Livro de Actas.-----

**DELIBERAÇÕES:**-----

-----Todas as deliberações tomadas nesta reunião foram aprovadas por unanimidade, excepto “Grandes Opções do Plano para o Ano de 2003” e “Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras para o Ano de 2003”, cujas votações constam da parte respectiva da acta.-----

**APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES INTEGRANTES DESTA ACTA A FIM DE PRODUZIREM EFEITOS IMEDIATOS:**-----

-----Todas as deliberações integrantes da presente acta foram aprovadas em minuta.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Às 13h10m e como não houvesse mais nada a tratar foi encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara e pela Chefe de Secção em Regime de Substituição, Ana Amélia Rodrigues Valente, ao abrigo do Despacho n.º 534, de 10 de Janeiro de 2002.-----

